

Governo quer controle sobre planos de saúde

Nelson Júnior/AE

Projeto prevê o atendimento de todas as doenças, inclusive a Aids, e o fim da carência e do acréscimo cobrado das pessoas de mais idade, mas não prevê punição para o não-cumprimento das medidas

SÔNIA SILVA

BRASÍLIA — Integrantes da Comissão de Seguridade Social da Câmara entregaram ontem ao ministro da Saúde, Henrique Santillo, propostas para regulamentação dos planos de saúde privados. O estudo, desenvolvido por solicitação do presidente Itamar Franco, prevê a obrigatoriedade de atendimento a todas as doenças, inclusive a Aids, proíbe o acréscimo no valor da mensalidade para segurados idosos e elimina a carência para o atendimento.

"O poder público não pode mais se omitir sobre a questão da excessiva autonomia destas empresas", diz o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), presidente da Comissão de Seguridade. As empresas privadas que prestam serviços de saúde

atuam sem controle do Estado e estabelecem suas próprias regras, frequentemente questionadas pelos usuários, que chegam a 32 milhões de brasileiros. Em julho, o presidente Itamar Franco pediu à Comissão de Seguridade para preparar um projeto.

Caberá ao ministro Henrique Santillo e à Comissão decidir se as propostas serão avaliadas pelo Congresso, como projeto de lei, ou se a regulamentação poderá ser feita integral ou parcialmente por meio de

portaria ministerial. Não há consenso. Maurílio Ferreira Lima é favorável a que sejam determinadas via portaria por ser, segundo ele, o meio mais ágil de obter a regulamentação. "Evitaria os fortes lobbies no Congresso", argumentou. Para o relator das propostas, deputado Liberato Caboclo (PDT-SP), a proposta deve ser transformada em um "enxuto" projeto de lei da Comissão, deixando a cargo do Executivo a regulamentação do tema.

**EMPRESAS
PRIVADAS
CRIAM REGRAS
PRÓPRIAS E
TÊM 32
MILHÕES DE
USUÁRIOS**

Tanto Caboclo quanto Maurílio Ferreira Lima admitem, contudo, que será difícil garantir o cumprimento da regulamentação, uma vez que não está previsto qualquer tipo de punição para as empresas. "A regulamentação somente será eficaz se prever punições, que podem incluir até a suspensão do funcionamento da empresa", afirmou Maurílio. "Existe o Código Penal, que prevê as ações decorrentes de quebra de contrato", opinou Liberato Caboclo. "Mas é bem mais demorado recorrer à Justiça", reconheceu.

"Não se pretende acabar com a saúde privada, já que sabemos o quanto ela é necessária, mas temos que proteger o usuário", defendeu Liberato Caboclo, lembrando que todas as propostas foram discutidas com entidades representativas de profissionais de saúde e de empresários do setor.

Tanto Caboclo quanto Maurílio



Santillo: ministro decidirá se propostas serão encaminhadas ao Congresso como projeto de lei